

# RUSSOS E TURCOS EM LADOS OPOSTOS NA SÍRIA

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 7 de março de 2020

Os presidentes da Turquia, Recep Erdogan, e da Rússia, Vladimir Putin possuem boas relações pessoais. Essa aproximação ajudou os dois países a firmarem, em 2018, um acordo no qual se criava uma zona desmilitarizada em Idlib, noroeste da Síria. Mas a ofensiva do governo sírio, apoiada pelos russos, contra grupos rebeldes da região, transformaram aquele acordo em “letra-morta”, uma vez que os dois países estão em lados contrários na guerra civil que assola a Síria há 9 anos.

Esse antagonismo assumiu contornos mais graves recentemente, quando soldados turcos que estão na região foram mortos em combates contra tropas sírias diretamente apoiadas pela força aérea russa.

Para entender como os acontecimentos chegaram a este ponto, é importante retroceder a outubro do ano passado. Naquele mês, os norte-americanos declararam ter vencido o grupo terrorista Estado Islâmico na região e, por isso, iriam retirar o grosso de suas tropas da Síria. Essa retirada criou as condições necessárias para que a Turquia interviesse diretamente no conflito. Assim, foi desencadeada a Operação “Primavera da Paz”, uma ofensiva no território sírio. Os objetivos, segundo o governo turco, seriam: combater grupos paramilitares curdos – considerados terroristas por Ancara, mas aliados dos norte-americanos na luta contra o Estado Islâmico – e garantir uma “Zona de Segurança” no território sírio, para onde seriam levados grande parte dos 3,5 milhões de refugiados da guerra civil que estão hoje em território turco.

Os militares turcos que foram mortos pelos sírios são

integrantes das forças participantes da Operação “Primavera da Paz”. Os combates têm se aproximado cada vez mais de regiões densamente povoadas, especialmente da cidade de Idlib e da região fronteiriça de Bab al-Hawa. Trata-se de um dos últimos territórios controlados pelas forças rebeldes (compostas, hoje, principalmente pelo grupo jihadista Hayat Tahrir al-Sham, integrado por antigos militantes da Al Qaeda), mas o governo do Presidente Bashar al-Assad, firmemente apoiado pela aviação e apoio logístico russos, pretende retomar o controle da área.

Teme-se que a ofensiva do governo provoque uma enorme leva de refugiados, além de uma tragédia humanitária. E isso está se comprovando. Somente de dezembro até hoje, estima-se em 900 mil o número de novos deslocados, na sua maioria mulheres e crianças, que fogem tentando, em vão, chegar à Turquia. Essas pessoas estão na faixa de fronteira entre os dois países, desabrigadas ou em abrigos improvisados, enfrentando as baixas temperaturas da região, agravando a crise dos refugiados.

A tragédia humanitária em Idlib não tem obtido quase nenhuma atenção no ocidente. Os EUA, que adotaram no governo Trump uma política externa mais isolacionista, estão concentrados nas eleições presidenciais que se aproximam. As potências europeias tampouco demonstram interesse ou força política para definir rumos no conflito. A ONU tem feito apelos vãos por um cessar fogo, que não é implementado porque não encontram eco nas potências do Conselho de Segurança, que efetivamente teriam poder para adotar ações práticas.

Assim, restam a Rússia e a Turquia, países sobre os quais parecem repousar os destinos da guerra na Síria e, em consequência, de milhões de refugiados. Os russos bancaram a permanência de Assad no poder. Com isso, fincaram o pé como uma potência extrarregional capaz de interferir nos destinos do Oriente Médio, ao mesmo tempo em que garantiram um governo amigo aos russos em um país estratégico aos seus interesses políticos, econômicos e militares. Nesse sentido, é importante

destacar a relevância estratégica, para a Rússia, do porto de Tartus, base naval cedida aos russos pelos sírios, em seu território, que concede à marinha russa o acesso às águas do Mar Mediterrâneo.

A Turquia, por sua vez, possui desafios difíceis pela frente. Se decidir impulsionar sua ofensiva na região de Idlib, atacando as tropas sírias para evitar que estas retomem a cidade, arrisca-se a engajar-se decisivamente em uma guerra que não deseja, em um enfrentamento direto contra os russos. Se, por outro lado, contiver suas ações militares evitando o engajamento decisivo nos combates, certamente verá fracassar seus esforços de conter o fluxo de refugiados em razão de uma tragédia humanitária ainda maior em suas fronteiras.

Percebendo a situação difícil em que se encontra, o Presidente Erdogan decidiu atuar com mais intensidade no campo diplomático. Por um lado, fez questão de lembrar que seu país é membro da OTAN, solicitando aos EUA baterias de mísseis Patriot, para a defesa de seu espaço aéreo. De outro lado, marcou, para o dia 05 de março, uma reunião com os Presidentes Putin e Macron, além da chanceler Angela Merkel. Note-se uma ausência: a dos norte-americanos. Uma novidade para a geopolítica da região, que enfraquece a liderança que a superpotência sempre desempenhou na definição dos destinos do Oriente Médio

---

## **A CRISE HUMANITÁRIA NO NORTE DA SÍRIA**

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 7 de março de 2020

A Turquia e a Síria dividem uma fronteira de 822 Km, um pouco menor do que a fronteira entre o Brasil e o Uruguai. A linha foi criada em 1918 quando, derrotados na Primeira Guerra Mundial, os turcos do antigo Império Otomano perderam para a França o território que viria a se tornar a Síria. É por essa fronteira que a Turquia recebeu em seu território boa parte dos 3,5 milhões de refugiados da guerra civil na Síria, iniciada em 2011. Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), mais de 60% de todos os refugiados da guerra civil na Síria estão na Turquia. As consequências políticas, militares e, principalmente, econômicas e sociais desse fluxo migratório são facilmente imagináveis.

Na confusão de interesses envolvidos no conflito sírio, nem sempre grupos armados e exércitos que combatem juntos possuem os mesmos objetivos. Mas, os turcos sempre se posicionaram contra o governo sírio de Bashar al-Assad, apoiando alguns grupos contrários ao governo. Até outubro do ano passado, esse era um apoio indireto. A partir daquele momento, entretanto, especialmente na região de Idlib, no noroeste da Síria, as tropas dos dois países passaram a se enfrentar diretamente. E as consequências têm sido uma tragédia humanitária ainda maior na região.

Outubro do ano passado marcou os acontecimentos na Síria porque os Estados Unidos, um ator fundamental no desenrolar dos acontecimentos, que até aquele momento atuava fortemente no enfrentamento de grupos terroristas, além de apoiar grupos insurgentes que enfrentavam o governo sírio, por decisão do Presidente Trump, reduziu significativamente a sua presença militar na Síria. A Rússia, por sua vez, outro ator fundamental no conflito, é responsável pela manutenção de Bashar Al-Assad no poder. Seu apoio econômico e militar ao regime garantiu a situação atual na qual o governo sírio recuperou o controle sobre a maior parte do país.

A retirada do grosso das tropas norte-americanas da Síria

possibilitou um engajamento maior dos turcos no conflito. As forças militares do país tentam implementar a ideia de seu presidente, Recep Erdogan, de criação de uma zona de segurança, ao longo da fronteira turco-síria, de trinta quilômetros de profundidade, para onde planeja repatriar a maior parte dos milhões de refugiados sírios que estão em seu país. Na região nordeste da fronteira, a operação foi relativamente bem sucedida. Já na porção noroeste, na província de Idlib, as coisas se complicaram.



Presidente Erdogan mostra seu plano na ONU

Ocorre que os sírios, decisivamente apoiados pelos russos, decidiram recuperar o controle sobre todo o território do país, especialmente em Idlib. As forças sírias, apoiadas por bombardeiros russos, atacaram posições turcas no início deste mês de fevereiro. A ofensiva redundou em baixas de ambos os exércitos. Mas o resultado mais visível do recrudescimento do conflito foi o repentino e significativo aumento do do número de pessoas que fugiram da área. Cerca de 700 mil já saíram de Idlib desde dezembro. Este é o maior volume de deslocados em um período tão curto de tempo nos quase dez anos de conflito.

Ou seja, a ação militar turca havia sido planejada para tentar dar uma solução para os mais de 3,5 milhões de refugiados, mas, ao contrário, está piorando significativamente a situação, na medida em que, ao reverso do planejado, agravou-se a situação humanitária.

Para tentar reverter a situação, os turcos podem optar por uma

escalada militar na região, aumentando a presença de tropas para garantir a criação da zona de segurança. Mas isto, além de significar um enorme custo econômico, esbarra no poderio militar russo que apoia os sírios na região. Os russos controlam o espaço aéreo na área e, sem esse controle, uma grande ofensiva turca contra os sírios está praticamente descartada.

Assim, é fundamental o esforço diplomático. Russos e turcos sempre estiveram em lados opostos no conflito da Síria. Mas, apesar disso, os presidentes Erdogan e Putin desenvolveram um diálogo pessoal e próximo. A recente aquisição, pelos turcos, das baterias antiaéreas russas S400, além da declaração de que os dois países mantêm uma “parceria estratégica” são comprovações desse novo nível de relacionamento. No momento, ambos os lados voltam a negociar, cada um defendendo seus próprios interesses. Os russos, pregando o desarmamento dos grupos rebeldes que enfrentam o presidente sírio e os turcos, exigindo a criação de uma área segura na fronteira para onde possam ser enviados os milhões de sírios que estão na Turquia.

Há ainda, um aspecto a destacar em toda essa crise. Os EUA, que sempre foram um ator fundamental na região, retiraram-se e não mais são focados pelas luzes da ribalta. Esta distância é uma novidade na geopolítica da região. Trata-se de um vácuo que enfraquece a liderança norte-americana, pois fragiliza a confiança de aliados na perenidade do apoio da superpotência e dá margem para o surgimento de novos protagonistas, como a própria Turquia e a Rússia, que ganha destaque passando a ser a única potência extrarregional com liberdade para atuar influenciando os destinos do conflito.

---

# O BREXIT E A SEGURANÇA DA EUROPA

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 7 de março de 2020

A novela do BREXIT finalmente chegou ao seu final. Desde o dia 31 de janeiro, o Reino Unido não faz mais parte da União Europeia. Em uma análise superficial, o BREXIT não afetaria a segurança do continente. Porém, creio que ele é mais um fato que se soma ao crescente protagonismo russo, às ameaças terroristas, à crise imigratória, à ascensão chinesa e à presidência de Donald Trump nos EUA, conformando uma nova realidade para a segurança daquela região.

A arquitetura da segurança europeia baseia-se na Organização para o Tratado do Atlântico Norte (OTAN). O coração do tratado é o seu Art 5º: *“Um ataque armado contra um ou mais países membros será considerado uma agressão contra todos”*. Para os países europeus, desde a criação da Aliança, em 1949, a presença dos EUA serve como um seguro valioso. Afinal, é bastante reconfortante saber que uma agressão ao seu território equivale a uma agressão ao território norte-americano e, em razão disto, ensejará uma reação da maior potência militar do planeta. Essa situação confortável, aliada ao fim da guerra fria e à sensação de que as ameaças à Europa estavam bastante minimizadas, levou muitos países europeus a diminuir drasticamente seus investimentos de defesa. A Alemanha, por exemplo, desde 1998 não gasta 2% do PIB com defesa. O mesmo ocorre com Itália, Espanha e outros 17 (de um total de 29) países da aliança.

Entretanto, a realidade atual é bastante diferente daquela do pós-guerra, que motivou a criação da Aliança, ou mesmo do “pós-guerra fria”, até a primeira década do século 21, antes das ações militares russas na Geórgia e na Ucrânia, com a anexação da Criméia, ou do crescimento exponencial da

importância da Ásia na geopolítica mundial, ou da postura mais isolacionista, do “America First”, adotada pelo Presidente Donald Trump.

Uma série de acontecimentos alertam os estrategistas e líderes europeus, a ponto de o Presidente francês ter declarado, por ocasião da cúpula dos 70 anos da OTAN, que a Aliança vivia uma “morte cerebral”. Em primeiro lugar, o crescimento de forças centrífugas na Europa, à exemplo do BREXIT, dificultando a definição de objetivos, ações, estratégias e políticas comuns e em proveito de todo o continente. Em segundo lugar, o crescimento do protagonismo russo, demonstrado pela crescente desenvoltura em atuar, inclusive militarmente, de acordo com os seus interesses, no leste europeu, no norte da África e no Oriente Médio. Acrescente-se em terceiro lugar a desconfiança em relação à postura dos EUA, que age cada vez mais unilateralmente, como quando denunciou o tratado nuclear com o Irã, à revelia de França, Alemanha e Reino Unido, ou quando o país abandonou o tratado firmado com os russos, para eliminação de mísseis nucleares de curto e médio alcance, o que levou os russos a também denunciarem o acordo. Este fato é especialmente desfavorável aos Europeus, que se veem repentinamente obrigados a encarar a realidade de que a vizinha Rússia está novamente à vontade para produzir mísseis nucleares que alcancem a Europa. Uma quarta razão para o desconforto europeu é a pressão exercida pelos EUA para que os demais países da OTAN aumentem seus gastos em defesa, deixando implícita a mensagem de que eles devem caminhar com suas próprias pernas, dependendo menos dos norte-americanos.

Os EUA, percebendo a desconfiança aliada, age por intermédio de seu estamento militar procurando reafirmar seu compromisso com os Europeus. O país executa, a partir deste mês e até julho, o maior exercício de desdobramento de tropa em continente europeu, partindo dos EUA, dos últimos 25 anos. O terceiro maior em toda a história. É o “*Defender Europe*”. Cerca de 20 mil homens e equipamentos cruzarão o Atlântico

para participar das manobras. Outros 17 países europeus participarão do exercício, inclusive o Reino Unido, que enviará cerca de 2,5 mil homens. A presença britânica, com um efetivo significativo, também deve ser lida como uma mensagem de manutenção do compromisso do país com a OTAN, apesar da separação da União Europeia.

Governos tendem a se preocupar com defesa somente quando impelidos pela necessidade. Especialmente em sociedades democráticas, que tendem a priorizar necessidades mais prementes do que manter dispendiosas forças armadas. Ocorre que capacidades militares, quando perdidas, levam muito tempo para serem restabelecidas. Os europeus terão que decidir, em breve, se continuarão a basear grande parte de sua segurança nas capacidades militares norte-americanas, ou se partirão para o desenho de um modelo mais genuinamente europeu.

E se for essa a escolha, caberá ainda mais um enorme desafio. A segurança será baseada em um “exército da comunidade europeia”, de uma Europa politicamente integrada de fato, ou o BREXIT indicará uma tendência centrífuga de retorno à valorização das soberanias nacionais, onde cada Estado volte a gerar suas próprias capacidades de defesa? A resposta virá, inevitavelmente, nos próximos anos.

---

## TENSÕES NO ESTREITO DE TAIWAN

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 7 de março de 2020

*“Analistas na China Continental afirmam que uma quantidade cada vez maior de chineses está perdendo a fé em uma reunificação pacífica... Eles acreditam que uma reunificação pela força poderia resolver a questão de uma forma mais*

*efetiva e eficiente.”*

Essas afirmações, tratando das relações entre China e Taiwan, constam de uma reportagem publicada pelo jornal chinês Global Times, na edição do dia 16 de janeiro (<https://www.globaltimes.cn/content/1176998.shtml>). O texto faz, ainda, comparações sobre o poderio militar da China e de Taiwan, demonstrando a grande superioridade chinesa, além de recomendar que o país intensifique os exercícios militares de desembarque anfíbio, o tipo de operação que seria realizada no caso de uma invasão a Taiwan. É importante destacar que o jornal Global Times é controlado pelo Partido Comunista Chinês. Seus textos, via de regra, enviam as mensagens que as autoridades chinesas desejam passar. Aliás, sobre esse mesmo assunto, o próprio presidente Xi Jinping já havia afirmado que não faria promessas de que abandonaria a possibilidade de uso da força; pelo contrário, manteria a opção de utilizar todas as medidas que se fizessem necessárias para a “completa reunificação da nação chinesa”.

O artigo do Global Times foi publicado na esteira da reeleição, em Taiwan, da presidente Tsai Ing-wen, que desagrada a Pequim por manter uma postura mais independente em relação à China, e da promulgação da chamada “Lei Anti-infiltração”, editada com a finalidade de tentar restringir a influência chinesa na política taiwanesa.

Taiwan, considerada pelo governo de Pequim como uma província rebelde, se mantém, *de facto*, independente. Essa situação surgiu com a vitória da revolução comunista, em 1949. O governo derrubado por Mao Tse-tung exilou-se na ilha e, desde então, nunca se submeteu à autoridade chinesa. Entretanto, apenas 14 dos 193 países-membros da ONU, além do Vaticano, reconhecem a soberania de Taiwan. Todos os demais membros da comunidade internacional reconhecem a China e comprometem-se com o princípio de “uma única China”, o que necessariamente implica em não apoiar a independência de Taiwan.

A postura dos EUA em relação a Taiwan é aquela que atende aos seus próprios interesses geopolíticos. No mesmo dia em que as relações entre EUA e China foram normalizadas, em 01 de janeiro de 1979, os norte-americanos promulgaram a Lei de Relações com Taiwan que, dentre outras coisas, estabelece que “para ajudar a manter a paz, a segurança e a estabilidade no Pacífico Ocidental”, mesmo não mantendo relações diplomáticas oficiais ou não reconhecendo Taiwan como um país soberano, é política dos EUA fornecer armamentos para que Taiwan possa prover sua autodefesa. Além disso, a lei estabelece que qualquer tentativa de se determinar o futuro de Taiwan pelo uso da força, incluindo-se aí embargos e boicotes, será considerada pelos EUA uma “séria ameaça à paz e a segurança do Pacífico Ocidental” e, conseqüentemente, uma “grave preocupação” para os EUA. Em atenção à essa política, no ano passado, os EUA autorizaram uma venda de armamentos para Taiwan de cerca de US\$ 2,2 bilhões, o que provocou protestos do governo chinês.

A elevação do tom da retórica chinesa demonstrada na matéria do Global Times certamente está relacionada, também, aos acontecimentos em Hong Kong. A política chamada “um país, dois sistemas”, adotada pela China em relação à antiga colônia inglesa era o chamariz com o qual Pequim pretendia convencer os taiwaneses de que a reunificação poderia ser vantajosa. Eles poderiam ser favorecidos pelo progresso econômico da China ao mesmo tempo em que manteriam seu modo de vida, mantendo as liberdades individuais que não existem na China continental. Entretanto, os protestos que persistem em Hong Kong escancaram a insatisfação, especialmente dos jovens, com a política “um país, dois sistemas”, acendendo um alerta para os taiwaneses, de que os “dois sistemas” talvez não fossem suficientemente diferentes entre si. Assim, a crise em Hong Kong acabou por colaborar para a reeleição, em Taiwan, da presidente Tsai.

A reunificação completa é, para os chineses, um objetivo

nacional permanente. O governo chinês definiu, em diversos documentos oficiais, o ano de 2049, centenário da revolução comunista, como o marco para se alcançar o “sonho chinês”, que inclui a completa reunificação do país.

“Taiwan é um porta-aviões que não se pode afundar”. A frase, atribuída ao General MacArthur, mostra a importância geopolítica da ilha para os interesses norte-americanos no Pacífico. Chegará o momento, e este se dará entre um futuro próximo e o ano de 2049, em que a situação de Taiwan terá que se resolver. Ou a ilha passará integralmente à soberania chinesa, com grandes perdas geopolíticas para os EUA, ou se tornará independente, nesse caso com a China sendo a grande perdedora. Em qualquer dos cenários, as chances de fricção entre as duas potências mundiais serão grandes.

---

## A CRISE IRÃ X EUA

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 7 de março de 2020

*“A guerra não é meramente um ato de política, mas um verdadeiro instrumento político, uma continuação das relações políticas realizada com outros meios”*

*Clausewitz*

Nem bem tínhamos terminado de desejar aos amigos um feliz 2020 quando, no terceiro dia do ano, tomamos conhecimento da ação militar dos EUA no Iraque, que causou a morte do General Qassim Suleimani, poderoso comandante da Guarda Revolucionária Iraniana. Parecia um mau presságio. O ano mal tinha começado e o mundo já estava por acabar, afinal, a 3.<sup>a</sup> Guerra Mundial estaria por começar...

O futuro é, por definição, imprevisível. Mas a história das relações internacionais já nos ofereceu um enorme número de crises que, mal ou bem solucionadas, indicam que vamos sobreviver também a essa.

A ação militar norte-americana em que uma aeronave remotamente pilotada lançou mísseis sobre o comboio de viaturas onde estava o general Suleimani é o ponto até aqui culminante de uma série de acontecimentos na longa crise que caracteriza as relações entre Irã e EUA, desde a revolução islâmica que levou os aiatolás xiitas ao poder, em 1979.

O capítulo mais recente dessa crise foi iniciado em maio de 2018, quando os EUA se retiraram do acordo nuclear assinado em 2015 entre os dois países, Rússia, China, Reino Unido, França e Alemanha. Esse acordo relaxava as sanções econômicas impostas ao Irã em troca do compromisso do país de não desenvolver armamentos nucleares. A saída dos EUA do acordo redundou na imposição de uma nova série de sanções econômicas ao Irã, além da classificação, pelos norte-americanos, da Guarda Revolucionária Islâmica, a força militar que era comandada pelo general Suleimani, como “organização terrorista internacional”.

Os embargos afetaram seriamente a economia do Irã e o país resolveu, em 2019, adotar uma estratégia de escalada das tensões. Foi assim que, em maio desse ano, além de anunciar que retornaria a enriquecer urânio acima dos níveis permitidos pelo tratado de 2015, o Irã implementou – ou patrocinou – uma série de ações ofensivas: navios petroleiros em trânsito pelo Estreito de Ormuz foram sabotados, drones foram lançados contra oleodutos e instalações petrolíferas sauditas e, em 20 de junho, uma aeronave remotamente pilotada norte-americana foi abatida. As tensões entre os dois países se elevaram, mas os EUA evitaram uma retaliação militar.

Em julho, o Irã apreendeu um petroleiro do Reino Unido enquanto passava pelo Estreito de Ormuz. Em setembro,

novamente drones atingiram instalações petrolíferas sauditas, dessa vez com grande impacto sobre a produção de petróleo do país. Ao mesmo tempo, ao longo de todo o ano de 2019 os EUA foram impondo ainda mais sanções sobre atividades econômicas específicas e também sobre pessoas físicas, no caso, os principais líderes iranianos e seus familiares.

Finalmente, no mês de dezembro se deram os fatos que seriam o estopim dos últimos acontecimentos. No dia 27, uma ação do grupo terrorista Kataib Hezbollah contra uma base militar iraquiana em Kirkuk resultou na morte de um cidadão americano, além de ferir militares e civis iraquianos. Os EUA acusaram o Irã de apoiar os terroristas. Em retaliação, os EUA atacaram posições do grupo no próprio Iraque e na Síria. Cerca de 25 terroristas foram mortos e algumas dezenas, feridos. Em 31 de dezembro a embaixada dos EUA em Bagdá foi atacada e invadida por grupos paramilitares iraquianos pró-Irã. No dia 3 os EUA desencadearam o ataque que matou o general Suleimani.

A descrição da série de acontecimentos acima serve para tentarmos desenhar a manobra de crise visualizada por cada uma das partes em conflito.

De um lado, os EUA, ao imporem os embargos, tentam em primeiro lugar dobrar o regime iraniano, obrigando-o a aceitar termos mais duros do que os que eram previstos no acordo assinado em 2015, considerados insuficientes pelo governo Trump para manter a estabilidade regional. Em segundo lugar, pela pressão econômica, busca enfraquecer um governo que é francamente contrário aos seus interesses no Oriente Médio, rival de árabes e israelenses e que busca se impor como uma potência regional. Ao eliminarem o general Suleimani, os EUA demonstram claramente o limite para as ações iranianas: a morte de norte-americanos ou o ataque a instalações do país terão como resposta uma ação militar.

De outro lado, os iranianos mostram que podem, por si próprios ou por intermédio de grupos que agem “por procuração”, causar

grandes transtornos econômicos, especialmente por ações no Golfo Pérsico, no Estreito de Ormuz e no Golfo de Omã, por onde transita grande parte do petróleo mundial. Ou mesmo em ataques à Arábia Saudita, aos países do Golfo Pérsico ou a Israel. Assim esperam convencer a comunidade internacional a pressionar os EUA a abrandarem os embargos comerciais, ao mesmo tempo que ampliam sua influência no Oriente Médio.

Volto à citação de Clausewitz. A guerra só é travada quando um governo se convence de que ela é um meio eficaz para que se alcance algum objetivo político. E embora a História mostre casos em que guerras se iniciaram quase por acaso, não creio que nem EUA nem Irã tenham algum objetivo político importante a ser conquistado com um conflito de alta intensidade, ainda mais levando em consideração as graves consequências que certamente sofreriam suas populações e seus governos. Já ações pontuais e restritas, como as que vêm sendo desencadeadas até aqui, atenderiam a cada uma das partes na busca de seus objetivos estratégicos.

Assim, não creio que haja mudança significativa no panorama da crise. O Irã deve retaliar, vingando a morte de seu general, com alguma ação semelhante às até aqui praticadas. Os EUA também devem manter sua estratégia, acreditando que as sanções econômicas e a ameaça do emprego da força impeçam o Irã de prejudicar seus interesses na região.

---

## **OS SETENTA ANOS DA OTAN**

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 7 de março de 2020

Chefes de Estado e de Governo dos 29 países que compõem a Organização para o Tratado do Atlântico Norte reuniram-se recentemente em Londres para comemorar os 70 anos da

Organização. Na cobertura da imprensa, ganhou destaque o desconforto causado pelas divergências nas visões de alguns dos presidentes dos países da Aliança, especialmente as dos Presidentes Trump, dos EUA, e Macron, da França. O francês reafirmou uma declaração anterior que havia causado desconforto no presidente americano, de que a Aliança estava em “morte-cerebral” em razão da falta de coordenação estratégica e liderança.

A OTAN foi criada em 1949, inicialmente composta por doze países, dentre os quais EUA, Reino Unido, França, Itália e Canadá. Na década de 1950, mais 3 países se juntaram ao grupo: Alemanha, Grécia e Turquia. Nenhum outro país se juntou à Aliança até a década de 1980, quando a Espanha foi incorporada.

Assim, quando a União Soviética se dissolveu, em 1991, a OTAN era composta por 16 membros. A partir de 1999, vários países do leste europeu, região que era tradicional área de influência dos soviéticos, foram sendo incorporados à Aliança. Em 2004, apenas 15 anos depois de 1989, todos os países do antigo Pacto de Varsóvia, com exceção da própria Rússia e da maioria dos Estados que compunham a antiga URSS, estavam na OTAN ou na União Europeia.

A Rússia considerou que essa expansão da OTAN em direção ao Leste caracterizava claramente uma estratégia de contenção e cerco. Na visão dos russos, a OTAN já havia se expandido além do aceitável quando incorporou os países bálticos – Estônia, Letônia e Lituânia – à Aliança. E definiu um limite: a Ucrânia. Esse país, que em 2008 havia solicitado à OTAN sua incorporação ao grupo, é a própria origem da “mãe Rússia”, a antiga Rus Kievana. Além disso, o porto de Sebastopol e as riquezas minerais do país são de grande importância para os russos. A intervenção militar, de um ponto de vista puramente geopolítico, passou a ser praticamente inevitável.

As ações militares russas na Geórgia, em 2008 e na Ucrânia, em

2014, acenderam uma luz vermelha nas salas de planejamento da OTAN. A Aliança, que na primeira década do século 21 considerava a guerra ao terror a sua principal hipótese de emprego, retirou das gavetas os antigos planejamentos de um enfrentamento militar de alta intensidade contra a Rússia. E ao verificar seus planos, descobriu que não estava preparada para tal tipo de conflito. A razão para isso é simples de se explicar. Sem dinheiro, não se preparam Forças Armadas.

Os gastos dos europeus com defesa caíram substancialmente a partir do desmantelamento da União Soviética. A Alemanha, por exemplo, desde 1998 não gasta 2% do PIB com defesa. O mesmo ocorre com Itália, Espanha e outros 17 países da aliança.

Desde que assumiu a presidência dos EUA, o presidente Trump tem insistido na necessidade de os países-membros da OTAN investirem ao menos 2% de seus PIB em defesa. Os EUA investiram cerca de 3,2% em 2018. A mensagem implícita na exigência é a de que os europeus, maiores interessados na própria segurança, deveriam gastar mais e depender menos dos EUA.

Ao mesmo tempo em que a geopolítica alerta os países europeus, especialmente os do Leste e do Centro da Europa, para o ressurgimento da ameaça russa, a França e os EUA concentram suas atenções em outras partes do mundo. Os EUA passaram a considerar sua principal hipótese de emprego uma confrontação com a China, no Oceano Pacífico. Os franceses estão envolvidos nas crises de suas antigas colônias na África. O país mantém mais de dez mil militares desdobrados entre Senegal, Costa do Marfim, Gabão e Djibuti, além dos 5 países do chamado Sahel: Burkina Faso, Chade, Mali, Mauritânia e Níger. Além disso, os franceses mantêm tropas na Síria e no Iraque.

Assim, fica claro que a Aliança se defronta com 3 situações distintas, cada uma delas atraindo a atenção dos países membros em diferentes graus de intensidade: a ameaça russa, a ameaça chinesa e a ameaça do terrorismo. Não bastasse isso, há

ainda uma inédita fonte de tensão interna. Um dos países membros enfrenta militarmente um grupo que atua como aliado de outros países membros. Estou tratando da Turquia, país de vital importância geoestratégica, que está combatendo os curdos na Síria, curdos esses que são aliados de norte-americanos e franceses no enfrentamento do governo de Bashar al-Assad. Além disso, a Turquia se aproxima da Rússia, inclusive com a aquisição de material de defesa.

Dessa forma, a OTAN passa por um momento desafiador na definição de seus destinos. Seu principal integrante, os EUA, está mudando seu foco para priorizar o Teatro de Operações do Pacífico, no Leste Asiático. A postura do atual governo, anunciada pelo slogan “America first” (América em 1º lugar), gera desconfiança dentre os aliados sobre se os norte-americanos realmente estariam dispostos a cumprir o pacto de defesa mútua em caso de agressão a um dos países membros da OTAN. Os franceses, por sua vez, continuam concentrados na contra-insurgência e no contraterrorismo na África e Oriente Médio. Em razão disso, reclamam que o foco estratégico voltado para a Rússia e para a guerra de alta intensidade está errado, daí a afirmação de Macron da “morte cerebral” da organização.

A OTAN não é apenas uma aliança militar. É sobretudo uma aliança política, que usa seu enorme poderio militar para dissuadir adversários e consubstanciar a máxima de Clausewitz, de que a “guerra é a continuação da política por outros meios”. Nesse sentido, é exitosa pois conseguiu, ao longo de seus 70 anos de história, atingir os interesses políticos de seus integrantes, inclusive o mais importante deles: vencer a Guerra Fria. Foi justamente essa vitória que levou à sua expansão e, paradoxalmente, torna cada vez mais difícil a definição de objetivos comuns.

---

# PROTESTOS VIOLENTOS POR TODO O MUNDO

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 7 de março de 2020

*“Nas guerras civis do presente, esvaiu-se a legitimidade. A violência libertou-se completamente da fundamentação ideológica”*

*Hans Magnus Enzensberger*

Recentemente, as páginas dos jornais passaram a relatar grandes manifestações populares, em diferentes partes do mundo que, via de regra, descambam para a violência, inclusive com mortes de manifestantes, agentes de segurança ou civis. Cenas de enfrentamento entre populares e policiais equipados com equipamentos anti-distúrbios, nuvens de gases lacrimogêneos, carros, prédios e barricadas em chamas tornaram-se comuns em lugares tão díspares quanto distantes entre si, governados por comunistas ou liberais, progressistas ou conservadores, religiosos ou ateus, banhados pelo Pacífico ou pelo Atlântico, no Ocidente ou no Oriente. Chile, Hong Kong, Bolívia, Equador, Haiti, França, Espanha, Líbano, Iraque e Indonésia foram palco de cenas muito parecidas.

Não há uma causa comum determinável para esses acontecimentos. No Chile, os protestos se iniciaram em razão de um aumento nos preços dos transportes urbanos. Em Hong Kong, a causa foi uma nova lei de extradições. Na Espanha, os catalães protestaram em razão da prisão de líderes do movimento separatista. No Líbano, o motivo foi exigir a queda do governo incapaz de resolver os problemas econômicos. Os haitianos foram às ruas por não suportar mais o completo caos político, econômico e social. Em Paris, as causas iniciais dos protestos dos “coletes amarelos” foram os aumentos de impostos e do custo de vida.

Protestos são a forma de que as pessoas dispõem para se fazerem ouvir quando os canais oferecidos pela organização política dos Estados não estão disponíveis, ou se mostram ineficientes. Martin Luther King dizia que são “a linguagem dos que não são ouvidos”. Todos os exemplos acima comprovam que as causas iniciais dos protestos, mesmo diversas, têm em comum o fato de serem reivindicações legítimas e bem definidas. Entretanto, há outro ponto que os une: muito rapidamente as manifestações ganham novos e variados objetivos e são tomadas por episódios de violência crescente e incontrolada.

Essa violência cobra um preço alto em vítimas civis e agentes de segurança pública. Em patrimônio público e privado. Em deterioração econômica e institucional. E é o fato de ser a violência o ponto comum que assemelha eventos tão distantes entre si que provoca a pergunta: há uma causa comum, um estopim, para deflagrar a cenas de vandalismo, de enfrentamento, tão parecidas entre si que tornam impossível se distinguir à distância se ocorreram em Santiago do Chile ou em Hong Kong?

Alguns articulistas na imprensa nacional e internacional respondem identificando uma espécie de mal-estar social, causado por uma série de fatores. Crescimento econômico frustrante, desigualdade social, corrupção, falta de liberdade política, todos esses fatores apresentados como geradores de uma grande frustração, que permanece encubada até o momento em que há uma explosão. A partir de um pretexto inicial, os eventos se aceleram em uma espiral de violência incontrolável.

O intelectual alemão Hans Magnus Enzensberger, também tem sido lembrado na busca por explicações. Em ensaio publicado em 1995, ele tratou do tema, sob a perspectiva da época, cunhando um novo conceito, o da chamada “guerra civil molecular”. Segundo a visão pessimista do intelectual alemão, que escreveu impactado pelo fim da bipolaridade e pela guerra na Iugoslávia, as guerras não seriam mais entre estados

nacionais, passando a ser travadas no coração das sociedades. Seria um fenômeno urbano, de vandalismo e violência nas cidades. As ações seriam caracterizadas pelo “autismo e pela falta de convicção. Seriam lideradas por vanguardas de jovens movidas pelo simples desejo de agressão, sem nenhum conteúdo ideológico”.

Ao caldo de “mal-estar social”, frustração ou simples agressividade, há que se acrescentar os fenômenos da instantaneidade das comunicações, das redes sociais, das *fake news* e da chamada “guerra de narrativas”. Correntes de opinião influentes se formam e se sobrepõem, umas às outras, em um ritmo frenético, ao sabor de comentários nas redes sociais. Quando uma dessas ondas coincide com os gritos das multidões nas ruas, os protestos virtuais impulsionam os reais, que realimentam o mundo virtual com imagens transmitidas por milhões de celulares ao vivo, em um ciclo difícil de ser quebrado.

Em meio a tudo isso, é importante considerar ainda que há grupos, nacionais e estrangeiros, interessados em fomentar e tentar conduzir os protestos na direção de seus próprios interesses. Esses grupos atuam com profissionalismo e objetivos bem definidos, muitas vezes produzindo e disseminando informações falsas ou fora de contexto.

Face a tantas variáveis, governos de todo o mundo têm se mostrado incapazes de oferecer respostas e de lidar com essas situações. Estão presos a estratégias de comunicação ultrapassadas, que não reagem com a rapidez necessárias às demandas sociais. São incapazes de detectar as “ondas” em seu início ou de proteger suas sociedades de manipulações ou orquestrações.

Hannah Arendt escreveu, em 1951, que “provavelmente, jamais faltou ódio ao mundo, no entanto ele evoluiu ao ponto de tornar-se um assunto político decisivo em todos os assuntos públicos... (o ódio) penetrou em cada poro da vida cotidiana e

pôde disseminar-se em todas as direções e assumir as formas mais fantásticas e imprevisíveis... Cada um passou a ser contra cada um e, sobretudo, contra os vizinhos.” Os acontecimentos recentes nas mais diferentes partes do mundo parecem afirmar que suas palavras permanecem atuais. Espera-se que as sociedades encontrem as melhores maneiras para mediar os conflitos e serenar os ânimos.

---

## **A TURQUIA E OS CURDOS. OS RUSSOS, OS IRANIANOS E A SIRIA. E OS EUA COM ISSO**

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 7 de março de 2020

O Presidente Trump ordenou a retirada das tropas norte-americanas que estavam na Síria. Talvez esta tenha sido a decisão de política externa mais criticada de seu período como presidente, tanto por integrantes da oposição quanto por membros do seu próprio partido, por vários motivos. O mais evidente foi o fato de a retirada das tropas servir como senha para a invasão do norte da Síria pela Turquia, em uma ofensiva contra os Curdos, que dominam a região desde 2012. Curdos esses que, aliados aos próprios norte-americanos, foram os grandes responsáveis por combater com êxito o grupo terrorista Estado Islâmico, na Síria.

Para entender a confusa situação da Síria, é preciso consultar a história da formação das fronteiras dos países do Oriente Médio. Essas fronteiras inexistiam até as potências vencedoras da 1ª Guerra Mundial dividirem o território que antes fora o

Império Otomano. Pelo acordo Sykes-Picot, celebrado entre Reino Unido e França, confirmado pela Conferência de San Remo, em 1920, os europeus traçaram linhas em mapas, linhas que não existiam na realidade e que criaram algumas das fronteiras mais artificiais da história. Antes, não havia nenhuma Síria, nem Líbano. Tampouco Israel, ou Palestina, Iraque, Kuwait, Arábia Saudita, Jordânia. Esses e outros países foram criados, de um lado, unindo pessoas e povos que não estavam habituados a conviver e, de outro, separando etnias e povos de origens e costumes comuns.

Assim, a área onde hoje é a Síria, logo após a I Guerra Mundial, tornou-se um protetorado francês. Essa condição só foi modificada com a independência, em 1946. Em 2011, na esteira da chamada Primavera Árabe, teve início a Guerra Civil que se prolonga até hoje.

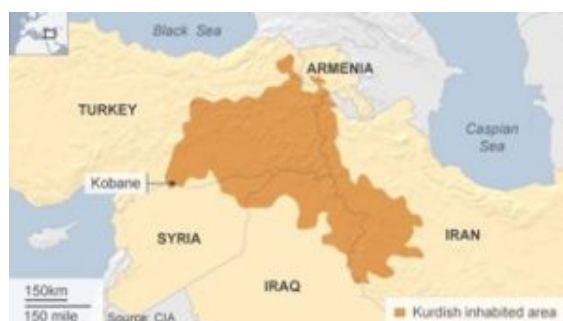
Bashar al-Assad, ditador sírio, esteve a ponto de ser derrubado, mas graças ao apoio de russos e iranianos, o regime se manteve. O apoio russo tem forte motivação geopolítica. Após a queda de Kadafi, na Líbia, na Primavera Árabe, os russos viram sua influência na região ser ameaçada. E o risco de perder um governo amigo também na Síria era intolerável. É neste país que, desde 1971, os russos mantêm a base naval de Tartus, um porto de águas profundas. A base é fundamental para garantir a presença naval russa no Mediterrâneo.

O Irã é outro forte ponto de apoio do regime de Assad. Isso se deve a alguns fatores, políticos e religiosos. O principal é que os sunitas, principais opositores de Bashar al-Assad, são também rivais dos xiitas iranianos. A eventual troca de governo na Síria, e a consequente ascensão sunita, aproximaria a Síria da esfera de influência da Arábia Saudita, significando um forte revés para a influência iraniana na área.

A Turquia aproveitou a retirada das tropas norte americanas da Síria para lançar uma ofensiva contra os curdos, que detêm o

controle da posição nordeste do país, mantendo-se em uma situação de semiautonomia. O motivo alegado é o de criar uma “faixa de segurança” na fronteira, do lado sírio, para onde seriam enviados de volta parte dos 3,6 milhões de refugiados que estão no país, em fuga da guerra civil síria. Para um país de economia frágil e de 80 milhões de habitantes, esse é um problema de difícil resolução. O presidente turco Recep Erdogan acusa as autoridades europeias e norte-americanas de não cumprirem acordos, deixando de enviar ao país 3 bilhões de euros que foram prometidos pela União Europeia em 2016. Ameaça também, caso não consiga enviar os sírios de volta ao seu país, “abrir as portas” para que os refugiados entrem Europa adentro.

Os curdos são um povo originário da região que hoje engloba a parte sudeste da Turquia, norte do Iraque, noroeste do Irã e sudoeste da Armênia. Estima-se que hoje sejam entre 25 e 35 milhões de pessoas.



### Curdistão

Na Turquia, os curdos são vistos como uma ameaça. Desde a década de 1980, o grupo PKK, ou Partido dos Trabalhadores do Curdistão, fez uma opção pela luta armada, em busca da independência do Curdistão. Mais de 40 mil pessoas já morreram em atentados terroristas e em enfrentamentos com o Exército Turco desde então. Para os turcos, os curdos que estão na Síria nada mais são do que um dos braços de apoio ao PKK.

E, em meio a esse cenário conturbado, a decisão do presidente Trump afeta fortemente o equilíbrio das forças, redundando em

um reequilíbrio que dificilmente será favorável aos interesses dos próprios norte-americanos na região. Em primeiro lugar, os curdos se sentiram traídos e abandonados, imediatamente entrando em acordo com o Presidente Bashar al-Assad. A fama de “parceiro não confiável” dos norte-americanos será espalhada pela máquina de propaganda dos seus inimigos no Oriente Médio, e exigirá um grande esforço futuro para que essa narrativa seja revertida. Em segundo lugar, o aforismo “o poder não deixa vácuo” foi comprovado pela enésima vez. Quase imediatamente, o presidente russo Vladimir Putin intermediou o acordo entre o presidente sírio e os curdos, e iniciou contatos com o presidente turco. Posicionou tropas em locais estratégicos no norte da Síria e tenta mediar o conflito. A Rússia assume o papel que até então era desempenhado pelos EUA na região.

O presidente norte-americano talvez ampare a decisão de retirar as tropas da Síria na premissa de que os cidadãos do seu país desejem uma política exterior mais isolacionista. Uma em que os EUA não se metam em “problema dos outros”. Afinal, o país tem enviado tropas para combater em lugares distantes já há um bom tempo. O que talvez essa postura não considere, é que os EUA só chegaram a ocupar o lugar de única superpotência do planeta porque, a partir da 2ª Guerra Mundial, souberam defender seus próprios interesses no xadrez geopolítico global. Decisões implicam em consequências. Somente o tempo indicará quais as repercussões geopolíticas das decisões do Presidente Trump.

---

## **OS SETENTA ANOS DA REPÚBLICA**

# POPULAR DA CHINA

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 7 de março de 2020

Em 1.º de outubro de 2019 a República Popular da China completou 70 anos. Nessa data, em 1949, Mao Tsé-tung discursava na Praça Tiananmen, proclamando a vitória do movimento revolucionário que comandava. Iniciava-se a fase em que o povo chinês, de História milenar, passaria a ser governado pelo Partido Comunista Chinês.

O desfile militar em comemoração da data, cuidadosamente preparado, procurou mostrar uma China militarmente poderosa e unida sob a liderança do presidente Xi Jinping. O ardor patriótico e o orgulho nacional são as mensagens que o desfile quis transmitir ao público interno do país e ao mundo.

Mas a verdade é que o aniversário de 70 anos da vitória comunista chegou com a China num cenário geopolítico desafiador para as suas lideranças. O desafio mais evidente é a questão de Hong Kong.

Antiga colônia inglesa, Hong Kong tem o status de “região administrativa especial” desde o acordo que, em 1997, devolveu a cidade à soberania da China. No acordo, a potência asiática comprometeu-se a manter a política de “um país, dois sistemas”, garantindo uma série de liberdades sociais, políticas e econômicas que inexistem na China continental.

Acontece que a população de Hong Kong percebe uma crescente ingerência do governo central. Esse sentimento desencadeou, em 2014, uma série de manifestações que ficaram conhecidas como “revolução dos guarda-chuvas”. As manifestações prolongaram-se por quase três meses. Este ano, a partir do início de julho, milhões de manifestantes saíram novamente às ruas para protestar. A causa inicial das manifestações, pressionar o governo local a retirar a lei que autorizava extradições para a China continental, serviu de estopim para uma série de

outras reivindicações, que retomam a pauta de defesa da democracia dos protestos de 2014.

Para analisar o dilema que o governo chinês enfrenta ao responder aos protestos em Hong Kong vou me socorrer do general francês André Beaufre. O militar ensinou em seu livro *Introdução à Estratégia*, de 1963, que o “impulso estratégico”, ou seja, a capacidade que um Estado tem de atuar com maior ou menor intensidade em face de um desafio, depende diretamente de quatro fatores: liberdade de ação, forças materiais, forças morais e tempo disponível. Forças materiais, forças morais e tempo disponível não faltam ao governo chinês. O que lhe é escassa, em relação a Hong Kong, é a liberdade de ação. A imprensa repercute todos os acontecimentos na cidade praticamente em tempo real. O trauma do massacre da Praça Tiananmen, em 1989, está ainda presente na sociedade internacional. A repercussão dos acontecimentos em Taiwan também preocupa. Assim, o governo chinês “pisa em ovos” e tenta fazer prevalecer uma narrativa que confere aos manifestantes uma postura impatriótica, violenta e subordinada a interesses internacionais.

Já em outro desafio enfrentado neste aniversário de 70 anos, o separatismo da província de Xinjiang, terra da minoria étnica islâmica uigur, o fator “liberdade de ação” é muito mais favorável aos chineses. Isolada no oeste chinês, na Ásia Central, essa região recebe pouquíssima atenção do restante do mundo quando comparada com Hong Kong. Apenas informações dispersas, sobre “campos de reeducação” onde milhares, se não milhões, de uigures estariam internados, além de acusações da criação de um avançado sistema de vigilância social, chegam ao Ocidente.

A questão de Taiwan é bem mais complexa, por colocar a China e os EUA em lados opostos. A ilha, que a imensa maioria dos países do mundo, incluídos os EUA, reconhece ser, de direito, parte do território chinês, mantém-se, de facto, soberana, com governo próprio. Para a China, essa é uma situação

inadmissível, que só perdura em razão da política norte-americana de relações com a ilha. Apesar de não reconhecer seu governo e de não manter relações diplomáticas oficiais, os EUA continuam a vender armas e a proteger a ilha contra “qualquer tentativa de se determinar o futuro de Taiwan pelo uso da força, incluindo-se aí embargos e boicotes”.

Ao tratar de Taiwan, e relembrando a importância dos mares para o comércio internacional, convido o leitor a consultar um mapa da China. Observe sua costa para o Oceano Pacífico. Compare com a costa brasileira para o Atlântico. Notou a diferença? A saída brasileira para o mar é completamente livre. A saída da China para o Pacífico é bloqueada por inúmeros pontos controlados por países adversários. Ao Norte, a saída pelo Mar Amarelo é bloqueada pela Península Coreana e, em seguida, pelo Japão. Mais ao sul, na altura de Xangai, pelo Mar do Leste da China, a saída é bloqueada por uma cadeia de ilhas, também japonesas, chamadas Ryukyu, onde se destaca Okinawa, sede de parte das tropas norte-americanas estacionadas no Japão. Prosseguindo para o sul, a saída é bloqueada por Taiwan, definida pelo general MacArthur como “um porta-aviões que não se pode afundar”. A frase é autoexplicativa da importância geoestratégica da ilha para os norte-americanos. Finalmente, no Mar do Sul da China, a saída é atravancada pelos países vizinhos, Filipinas, Brunei, Malásia e Vietnã, com os quais a China disputa a soberania de várias ilhotas, bem como a soberania do mar e a exclusividade da exploração econômica.

A incômoda situação da China em relação ao Oceano Pacífico é a causa da grande ênfase que o país tem dedicado ao desenvolvimento de sua Marinha. Já são cerca de 300 navios e o país está produzindo seu terceiro porta-aviões, o primeiro de fabricação própria.

Como se vê, são muitos os desafios neste 70.º aniversário. Também poderiam ser listados a manutenção do crescimento econômico, os problemas do acentuado envelhecimento da

população, a guerra comercial com os EUA e a ascensão da Coreia do Norte ao status de potência nuclear. Mas isso fica para uma próxima conversa.

---

# GEOPOLÍTICA E AMAZÔNIA

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 7 de março de 2020

*“Geopolítica é a arte de aplicar o poder aos Espaços Geográficos”*

*Carlos de Meira Mattos*

A frase do General Meira Mattos sintetiza o objeto da Geopolítica: a arte de aplicar o poder aos espaços geográficos. De saída, peço ao leitor que tenha a Amazônia em mente ao considerar o “espaço geográfico”, na leitura deste artigo. Já quando pensar sobre o “poder” constante na definição de Meira Mattos, considere que este pode ser aplicado aos espaços geográficos de várias formas: ser exercido por intermédio da política; ser imposto pela força das armas; ser demonstrado pela força das imposições econômicas, ou mesmo, pela força da cultura, da propaganda, das correntes majoritárias de pensamento.

A Amazônia é uma imensidão. Possui uma biodiversidade incrível, com espécies de plantas e animais contadas nas casas dos milhares ou, até mesmo, dos milhões. Sua influência sobre o clima do continente é grande e suas reservas de água potável, enormes. Sua área gigantesca, de 5,5 milhões de Km<sup>2</sup> (4,2 milhões dos quais em território brasileiro), atravessa quase completamente a América do Sul em sua porção centro-norte, do Oceano Atlântico à Cordilheira dos Andes, ocupando

áreas em 9 países.

Oito desses países, Brasil, Bolívia, Equador, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname formam o que poderia ser chamado de Pan-Amazônia. A eles se une a França (não podemos nos esquecer que a Guiana Francesa é um território francês na América do Sul) no grupo de governos que detém a legitimidade para aplicar o poder político na área delimitada por suas fronteiras.

Mas, quando se trata da aplicação do poder econômico, essas fronteiras têm seu papel relativizado. A globalização da economia, com a conseqüente integração e interdependência causada pelos fluxos de capitais, bens e serviços, tecnologias e pessoas, cria tensões e interesses também em escala global. Questões que antes poderiam ser resolvidas de forma local, agora podem influenciar, economicamente, diversos outros países e empresas transnacionais que distribuem sua operação por diferentes países do mundo, na chamada cadeia global de valor. Países e empresas que se sentirão impelidos a aplicar seu poder econômico na defesa de seus interesses, mesmo que isto signifique ignorar fronteiras políticas. Por mais que a legitimidade deste tipo de imposição seja discutível, certamente o leitor poderá se lembrar de vários exemplos da aplicação do poder econômico por parte de empresas ou países nas condições mencionadas.

A aplicação do poder militar é muito mais facilmente caracterizada. No caso da guerra, na clássica definição de Clausewitz, trata-se da continuação da política com a utilização de outros meios. Ou seja, pela coerção militar um Estado impõe a outro a sua vontade, de forma que seus objetivos políticos sejam atingidos. Mas é importante lembrar que a força das armas pode também ser imposta por entidades não estatais, como grupos terroristas. As FARC, na Colômbia; o denominado Estado Islâmico, em várias partes do mundo; e o Boko Haram, na África, são alguns exemplos famosos.

Contudo, a mais sutil e, atualmente, mais frequente forma de aplicação – ou tentativa de aplicação – de poder sobre um espaço geográfico é aquela que ocorre no chamado campo psicossocial, ou seja, pela força da cultura, da propaganda e das correntes majoritárias de pensamento. Não há dúvida, por exemplo, que existem hoje algumas “megatendências”, que são os movimentos das massas populacionais em direção a uma nova maneira de pensar ou agir, mais ou menos uniforme, em relação a determinado assunto ou aspecto da vida em sociedade. As mudanças climáticas e a escassez de recursos naturais indispensáveis à vida humana são dois exemplos desses tipos de assuntos que mobilizam as massas a agir. E essa mobilização toma vulto antes inimaginável por intermédio da repercussão que obtém por meio da internet e, mais especificamente, das mídias sociais. Estes movimentos, espontâneos ou provocados – não importa –, pressionam governos, pautam meios de comunicação, impulsionam Organizações Não Governamentais que, por sua vez, passam a impor que as ações dos governos e das sociedades daquele espaço geográfico sejam coerentes com aquela determinada pela megatendência em voga.

As quatro formas de aplicação de poder aos espaços geográficos descritas acima podem ser vistas todos os dias, em diferentes partes do mundo. Basta folhear as páginas dos jornais ou consultar a internet: da ação da Rússia na Ucrânia às disputas que ocorrem no Mar do Sul da China; da guerra civil no Iêmen às tensões na Caxemira; da guerra comercial entre a China e os EUA ao embargo imposto sobre o Irã e sobre a Coreia do Norte; do terrorismo do Boko Haram na Nigéria ao retorno das FARC à luta armada na Colômbia; e das acusações de interferência russa nas eleições norte-americanas às acusações que a China faz de que há interferência externa insuflando os protestos em Hong Kong. Em maior ou menor grau, diretamente ou por interpostos grupos, cada um destes conflitos pode ser explicado sob o prisma da geopolítica.

Finalmente, retorno à Amazônia. Não para responder, mas para

perguntar. Nós, brasileiros, achamos que ela está imune às disputas geopolíticas? Mesmo ela ocupando um papel de destaque quando se fala em ecologia, recursos naturais, biodiversidade, mudanças climáticas? Devemos crer que não há motivações políticas, econômicas ou psicossociais suficientes para que outros Estados ou entidades não estatais se sintam compelidos a atuar sobre ela?

As respostas a essas perguntas são vitais para a defesa dos interesses de todos os brasileiros. Isso porque, se em uma disputa geopolítica um lado sabe o que está fazendo e o porquê, enquanto do outro lado a população nem ao menos sabe o que está em jogo, o resultado dificilmente será favorável ao lado que ignora.